REVISTA

DIALOGANDO SABERES

REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

Vol. 1, No. 1
(jul. 2026)

ISSN
a ser preenchido

PERIODICIDADE
Mensal

CONHECIMENTO QUE TRANSFORMA, CIÊNCIA QUE CONECTA

EXPEDIENTE

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL

Academus Centro de Formação Continuada EPP

ENDEREÇO

Nome da Rua: Av. Bom Clima, nº 106
Cidade: Guarulhos
Estado: São Paulo
CEP / Código Postal: 07196-220
País: Brasil

CONTATOS INSTITUCIONAIS

E-mail: academus.biblioteca@gmail.com
Telefone: (11) 93317-5749
Telefone alternativo: (13) 98109-2946

DADOS DA PUBLICAÇÃO

Periodicidade: mensal
ISSN: a ser preenchido
Designação numérica: Vol. 1, No. 1 (jul. 2026)
Formato: publicação digital

EDITOR-CHEFE

Prof. Claudio Roberto Gomes - e-mail: profclaudiorobertogomes@gmail.com

CONSELHO EDITORIAL E PARECERISTAS

Profa. Me. Maria Luzia de Gois Silva - e-mail: academus.reitoria@gmail.com
Profa. Dra. Eva Aparecida de Gois - e-mail: academus.reitoria@gmail.com
Profa. Esp. Paola de Carvalho Gomes - e-mail: academus.reitoria@gmail.com
Prof. Dr. Fábio Cardoso dos Santos - e-mail: fabiocasantos@yahoo.com.br

ESCOPO

Educação e Humanidades; Gestão e Políticas Públicas; Direito e Sociedade; Saúde e Bem-estar; Tecnologia e Inovação; Administração e áreas afins.

S U M Á R I O

EDITORIAL 3

ESTRATÉGIAS DE ALFABETIZAÇÃO PARA ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) 4

RESUMO 4
ABSTRACT 4
INTRODUÇÃO 4
1 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E SUA INCLUSÃO NO DSM-5 5
2 DIFERENÇAS ENTRE CID-11 E DSM-5 5
3 OS DESAFIOS NA ALFABETIZAÇÃO DE ESTUDANTES AUTISTAS 5
3.1 ESTRATÉGIAS DE ENSINO 6
CONSIDERAÇÕES FINAIS 7
REFERÊNCIAS 7

A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO E AS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES 9

RESUMO 9
ABSTRACT 9
MINISTÉRIO PÚBLICO 9
ATUAÇÃO MINISTERIAL NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO 11
AS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES PARA DIFERENTES MINISTÉRIOS PÚBLICOS BRASILEIROS 12
CONSIDERAÇÕES FINAIS 14
REFERÊNCIAS 14

QUADRINHOS NO LIVRO DIDÁTICO: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE LEITURA NA COLEÇÃO PORTUGUÊS: LINGUAGENS 16

RESUMO 16
ABSTRACT 16
1 INTRODUÇÃO 16
2 LEITURA, LIVRO DIDÁTICO E FORMAÇÃO DO LEITOR 16
3 OS QUADRINHOS COMO LINGUAGEM MULTIMODAL 17
4 PERCURSO METODOLÓGICO 17
5 A PRESENÇA DOS QUADRINHOS NA COLEÇÃO 17
6 AS PRÁTICAS DE LEITURA PROPOSTAS 17
7 DISCUSSÃO: ENTRE A PRESENÇA DO GÊNERO E SUA EXPLORAÇÃO PEDAGÓGICA 18
8 CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA PARA O ENSINO 18
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS 18
REFERÊNCIAS 18

HUMANIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA NA ERA DIGITAL: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA E DAS LINGUAGENS DIGITAIS PARA O ATENDIMENTO AO CIDADÃO 20

RESUMO 20
ABSTRACT 20
1 INTRODUÇÃO 20
2 METODOLOGIA 20
3 HUMANIZAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA CONTEMPORÂNEA 21
4 O CIDADÃO DIANTE DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DOS SERVIÇOS PÚBLICOS 21
5 CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA O ATENDIMENTO HUMANIZADO 21
6 LINGUAGEM DIGITAL, ACESSIBILIDADE E COMUNICAÇÃO COM O CIDADÃO 21
7 HUMANIZAÇÃO DO SERVIDOR E CULTURA ORGANIZACIONAL 21
8 DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA UMA GESTÃO PÚBLICA HUMANIZADA 22
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS 22
REFERÊNCIAS 22

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO 23

EDITORIAL

A Revista Dialogando Saberes nasce como espaço científico multidisciplinar da Faculdade Academus, orientado ao diálogo entre diferentes campos do conhecimento. Esta primeira edição reúne estudos nas áreas da educação inclusiva, das instituições públicas e das políticas educacionais, preservando a autoria, a responsabilidade intelectual e a diversidade de perspectivas. A proposta editorial assume que a ciência ganha densidade quando diferentes saberes se encontram com método, ética, clareza e abertura ao debate. Ao publicar pesquisas, revisões e reflexões acadêmicas, a revista busca fortalecer a circulação responsável do conhecimento e sua conexão com problemas concretos da sociedade.

Prof. Claudio Roberto Gomes
Editor-chefe

ARTIGO ORIGINAL

ESTRATÉGIAS DE ALFABETIZAÇÃO PARA ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Ashley Marcely Pereira | Carlos Ossamu Cardoso Narita

Recebido: 2026 | Aceito: 2026 | Publicado: 2026
DOI: a atribuir

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar estratégias eficazes de alfabetização para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) visando melhorar seu processo de aprendizagem e promover a inclusão educacional. O TEA é caracterizado como um distúrbio do neurodesenvolvimento, ocasionando um desenvolvimento atípico, com manifestações comportamentais repetitivas e estereotipadas, pouco ou nenhum contato visual e incluindo variações na linguagem, na comunicação e no comportamento social. A alfabetização é uma fase fundamental no desenvolvimento acadêmico e social de todos os estudantes. Contudo, ao abordar a alfabetização de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), nos deparamos com desafios únicos que demandam estratégias de ensino específicas. A grande maioria das escolas públicas no Brasil não possui a preparação adequada para acolher estudantes autistas, uma vez que requerem uma série de medidas, tais como investimentos na infraestrutura das escolas, capacitação inicial e continuada tanto para professores quanto para profissionais da educação. Tudo isso é fundamental para viabilizar uma experiência de aprendizado eficaz para o aluno. A justificativa do trabalho surgiu a partir de vivências em sala regular, na rede pública de ensino, durante a jornada como Agente de Desenvolvimento Infantil (ADI). Quais são os desafios enfrentados pelos professores ao tentar alfabetizar alunos com TEA na rede regular de ensino, e de que maneira as estratégias de ensino para alfabetização podem ser eficazmente implementadas para superar esses obstáculos, considerando o sentimento de despreparo frequentemente relatado pelos professores ao receberem estudantes com TEA em suas salas de aula regulares? E como os professores podem planejar e implementar estratégias eficazes para a alfabetização de alunos com TEA, abordando aspectos como avaliação prévia, desenvolvimento de habilidades, e superação de aversões à escrita?

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista (TEA); alfabetização; inclusão; estratégias; desafios.

ABSTRACT

This study aims to investigate effective literacy strategies for students with Autism Spectrum Disorder (ASD), with a view to improving their learning process and promoting educational inclusion. ASD is characterized as a neurodevelopmental disorder associated with atypical development, repetitive and stereotyped behaviors, limited or absent eye contact, and variations in language, communication, and social behavior. Literacy is a fundamental stage in the academic and social development of all students. When addressing the literacy of students with ASD, however, specific challenges require tailored teaching strategies. Many Brazilian public schools still lack the necessary preparation to welcome autistic students, which calls for investments in school infrastructure and in the initial and continuing education of teachers and other education professionals. The study arises from classroom experience in the public school system and discusses the challenges faced by teachers, prior assessment, skill development, writing, and strategies capable of supporting a more effective and inclusive literacy process.

Keywords: Autism Spectrum Disorder (ASD); literacy; inclusion; strategies; challenges.

INTRODUÇÃO

A alfabetização é um marco fundamental no desenvolvimento educacional de todas as crianças, representando não apenas o aprendizado das letras e dos sons, mas também o acesso à comunicação, à expressão e ao conhecimento. No entanto, para alunos autistas, esse processo pode apresentar desafios únicos e complexos que exigem uma abordagem adaptada e sensível.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado por um conjunto de diferenças individuais, incluindo variações na linguagem, na comunicação e no comportamento social. Essas diferenças podem influenciar significativamente a maneira como os alunos autistas aprendem a ler e escrever. Portanto, a alfabetização de alunos autistas é um tópico de extrema relevância na educação inclusiva, que busca garantir que todos os estudantes tenham acesso igualitário e oportunidades de aprendizado.

A importância desse tema consiste não apenas na promoção da autonomia e independência dos alunos autistas, mas também na sua inclusão plena na sociedade. A habilidade de ler e escrever não apenas facilita a comunicação, mas também abre portas para a participação ativa na educação, na cultura e na vida social. Portanto, compreender e implementar estratégias eficazes de alfabetização para alunos autistas é não apenas um desafio educacional, mas também uma questão de justiça social e igualdade.

Neste contexto, este trabalho de pesquisa se propõe a investigar estratégias específicas de alfabetização para alunos autistas, visando aprimorar o processo de aprendizado e promover uma educação verdadeiramente inclusiva. Através da análise de abordagens pedagógicas, tecnologias assistivas e práticas recomendadas, buscamos contribuir para um ambiente educacional mais acessível e acolhedor, onde todos os alunos, independentemente de suas diferenças, tenham a oportunidade de desenvolver plenamente suas

habilidades de alfabetização e, assim, alcançar seu máximo potencial.

Dessa maneira, a pesquisa foi dividida nas seguintes fases: Transtorno do Espectro Autista e Sua Inclusão no DSM-5, Diferenças entre DSM E CID, Os Desafios na Alfabetização de Alunos Autistas e Estratégias de Ensino.

No Brasil, as pesquisas sobre inclusão de crianças com TEA no sistema regular de ensino estão se intensificando, assim como as investigações sobre os processos de alfabetização e letramento de tais alunos. Entretanto, ainda há uma dissociação em relação às discussões sobre esses dois aspectos supracitados. (CAPELLINI; SHIBUKAWA; RINALDO, 2016)

Partindo dos estudos de Capellini, 2016, é notório que os estudos acerca do autismo sejam aprofundadas, em virtude do grande aumento de casos nas escolas e a obrigatoriedade de um ensino de qualidade dentro da educação para todos, vindo de encontro a parte também da legislação, que garante a permanência do aluno na escola que seja realmente inclusiva.

1 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E SUA INCLUSÃO NO DSM-5

O Transtorno de Espectro Autista (TEA) é caracterizado como um distúrbio do neurodesenvolvimento, que apresenta o desenvolvimento atípico, manifestações comportamentais, comunicação limitada, falta de interação social e comportamentos repetitivos e estereotipados. O termo autismo já vem sendo estudado há mais de cem anos. O psiquiatra austríaco Leo Kanner, relatou já em 1943 o primeiro caso, quando ele observava crianças exibindo comportamentos atípicos. (BACARIN, 2020).

A legislação mais recente sobre a Educação Inclusiva no Brasil, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n° 9.394 de 20/12/96, que dedica todo o Capítulo V à educação especial. No Art. 58°, ela a define como uma "modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos que apresentam necessidades especiais". Pode observar um avanço significativo em comparação ao texto da Lei n° 4.024/61, indicando que agora não restam dúvidas de que a "educação dos excepcionais" pode ser integrada ao sistema educacional geral.

O DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, Quinta Edição) é uma classificação diagnóstica amplamente utilizada para transtornos mentais, incluindo o Transtorno do Espectro Autista (TEA). A inclusão do TEA no DSM-5 representou uma mudança significativa em relação às edições anteriores. Antes do DSM-5, os transtornos autistas eram categorizados separadamente, como Transtorno Autista, Síndrome de Asperger, Transtorno Desintegrativo da Infância e Transtorno Global do Desenvolvimento Sem Outra Especificação. O DSM-5, lançado em 2013, consolidou essas categorias em uma única categoria diagnóstica chamada "Transtorno do Espectro Autista" (TEA).

A inclusão do TEA no DSM-5 reconhece a diversidade de sintomas e níveis de gravidade associados ao autismo. Ao utilizar a abordagem do espectro, o DSM-5 destaca a variação nas características e no impacto funcional do TEA, reconhecendo que cada indivíduo com TEA é único.

2 DIFERENÇAS ENTRE CID-11 E DSM-5

A CID, de acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), é uma classificação internacional de doenças, lesões e causas de mortalidade, servindo como uma linguagem comum entre profissionais de saúde de diversas áreas. O número 11 indica sua última revisão, possibilitando a comunicação efetiva entre especialistas de diferentes campos em relação a condições de saúde. Tanto o DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, Quinta Edição) quanto a CID-11 (Classificação Internacional de Doenças, 11ª Revisão) são sistemas de classificação amplamente utilizados na área da saúde mental, mas eles têm propósitos e abordagens diferentes.

A CID-11 é uma classificação mais abrangente, sendo utilizada para classificar diversas doenças, condições de saúde e causas de morte, não se limitando apenas à saúde mental, ela é desenvolvida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e é um padrão internacional utilizado em todo o mundo.

O foco do DSM-5 é principalmente utilizado por profissionais de saúde mental e psiquiatras para diagnosticar e classificar transtornos mentais, ele possui uma ampla gama de transtornos mentais, não se limitando apenas aos transtornos neuropsiquiátricos.

Ambas as classificações são complementares e servem a propósitos diferentes. O DSM-5 é mais específico para a área de saúde mental, enquanto a CID-11 tem uma aplicação mais ampla em todas as áreas da medicina. É importante observar que, embora haja alguma sobreposição entre os dois sistemas, eles foram desenvolvidos independentemente para atender às necessidades específicas de suas respectivas áreas de aplicação. A tabela a seguir apresenta as diferenças entre DSM-5 E CID-11.

Figura 1 - Diferença entre DSM-5 e CID-11
FONTE: CALEGARE, Natália (13 Jan. 2022)

3 OS DESAFIOS NA ALFABETIZAÇÃO DE ESTUDANTES AUTISTAS

O processo de alfabetização e letramento é essencial para que o estudante consiga interagir na sociedade, pois nos comunicamos por meio de gêneros de discurso, utilizados para transmitir uma ideia ou um ponto de vista. Desta forma, é por meio da alfabetização e do letramento que o sujeito se torna capaz de perceber e compreender as mais diversas situações de interação que ocorrem na

sociedade.

O objetivo principal dessa metodologia é ensinar comportamentos e habilidades aos indivíduos com dificuldades para que eles se tornem independentes e inseridos na comunidade. Para que isso seja possível, os profissionais utilizam técnicas para o desenvolvimento da comunicação, das habilidades sociais, de brincadeira, acadêmicas e de autocuidados (Figueiredo, 2014, p. 48).

Um dos maiores desafios encontrados em sala de aula durante a alfabetização de crianças autistas, está relacionado à dificuldade de compreensão dos contextos e sinais sociais, devido à dificuldade que os alunos têm na comunicação não verbal, problemas no desenvolvimento da linguagem, nos processos de comunicação, na interação e comportamento social. (CAPELLINI; SHIBUKAWA; RINALDO, 2016)

A alfabetização destes estudantes deve ser bastante estimulada com temas relacionados ao interesse da criança, com estímulo em diferentes sentidos, a procura por elementos que despertem o interesse no indivíduo.

Assim, em minha trajetória como ADI, pude perceber que os professores têm muitas dúvidas quanto à alfabetização de alunos com TEA e trazem questões, como por exemplo: "como eu vou alfabetizá-lo?", "Não sei como fazer com este aluno, ele não aprende como os outros", "Ele é inteligente, tem potencial, mas não estou sabendo como!"

Ouvir os questionamentos, dúvidas e angústias, assim como testemunhar o descrédito na escolarização por parte dos pais e professores de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), intensificou meu interesse sobre este assunto. No cotidiano, enfrentamos mais incertezas do que certezas nessa jornada. Encontrar respostas para esses conflitos é uma tarefa desafiadora. As perspectivas são vastas, pois há diversos e distintos aspectos que precisam ser cuidadosamente considerados, reavaliados e transformados para que a inclusão seja efetivada em um ambiente escolar que, "não atende às diferenças de aprendizagem dos alunos sem deficiência." destacado por Costa (2012, p. 94).

De acordo com Serra (2019), o professor deve fazer uma estrutura sequencial de um plano de trabalho pedagógico para a alfabetização dos alunos com TEA, como, uma avaliação prévia para a alfabetização e mapeamento do repertório pedagógico, desenvolvimento de habilidades e competências para o desenvolvimento da alfabetização, operacionalização de cada etapa da alfabetização, desde o primeiro fonema até a interpretação de textos, estratégias para desenvolver a escrita, eliminando a aversão por esta atividade e a produção de textos, em quais momentos do processo de alfabetização introduzir as noções de gramática e sintaxe e desenvolvimento da escrita ortográfica. Este cronograma deve ser feito para que a intenção de alfabetização atinja o estudante, pois quanto mais demorado o início do processo de alfabetização, mais prejuízos o aluno terá.

3.1 ESTRATÉGIAS DE ENSINO

Na alfabetização de alunos autistas, a abordagem centrada no indivíduo é crucial. Cada criança autista é única, e é na compreensão de suas singularidades que encontramos o caminho para uma alfabetização significativa e eficaz.

A alfabetização de alunos autistas pode ser desafiadora por diversas razões, devido às características individuais e à natureza do TEA. Para enfrentar os desafios associados à aprendizagem de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), é essencial adotar estratégias adaptativas que promovam a inclusão e o desenvolvimento desses estudantes no ambiente escolar. Uma das abordagens envolve a personalização do planejamento escolar e do projeto político pedagógico de acordo com as necessidades individuais do aluno, visando a integração efetiva em atividades escolares e interação com colegas de classe.

Saviani (2005, p. 36), afirma que a "educação é o ato de produzir, direta e intencionalmente em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens." Ele também destaca que a educação não se resume a ensino, todavia o ensino é educação "a escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado." (SAVIANI, 2011, p. 14)

No processo de planejamento, é importante que sejam consideradas adaptações nos objetivos de ensino, nos conteúdos curriculares, no ambiente físico, nos materiais didáticos e nas avaliações. Essas adaptações são fundamentais para estabelecer um vínculo significativo com o aluno autista, proporcionando um ambiente de aprendizado mais acolhedor e eficaz.

Além disso, a escola desempenha um papel crucial ao acolher não apenas o aluno, mas também sua família. Por meio de entrevistas e interações regulares, a instituição educacional pode identificar as preferências, preocupações, habilidades e desafios específicos de cada aluno autista. Essa abordagem centrada no aluno permite uma compreensão mais completa de suas necessidades e capacidades. Em casos em que o aluno não tenha acesso a acompanhamento terapêutico externo, é fundamental que a escola esteja preparada para encaminhar o estudante para serviços adequados ou buscar parcerias com órgãos municipais, estaduais e federais. Isso garante que o aluno receba o suporte necessário para seu desenvolvimento acadêmico e socioemocional.

Estratégias que visam melhorar as habilidades de comunicação social são essenciais. Intervenções focadas em facilitar a expressão verbal e não verbal, bem como o entendimento de pistas sociais, contribuem para uma comunicação mais eficaz e para o desenvolvimento de relacionamentos interpessoais. A incorporação dos interesses pessoais dos alunos autistas no currículo é uma estratégia valiosa. Ao utilizar temas que capturam a atenção e o entusiasmo do aluno, é possível aumentar a motivação, facilitando a

participação ativa e significativa no processo de aprendizado.

Em suma, a implementação de estratégias adaptativas e a colaboração entre escola, família e instituições governamentais desempenham um papel vital na promoção do sucesso educacional de alunos com TEA, contribuindo para uma educação inclusiva e igualitária. Ao empregar estratégias de ensino adaptadas e sensíveis às características individuais dos alunos com TEA, os educadores podem criar ambientes inclusivos que promovem o desenvolvimento acadêmico, social e emocional. O compromisso contínuo com a pesquisa e a prática reflete não apenas uma abordagem educacional eficaz, mas também um compromisso com a promoção de oportunidades igualitárias para todos os alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutiu-se no decorrer deste artigo sobre os métodos, técnicas e estratégias e diante dos resultados da pesquisa realizada, percebe-se que o tratamento e o atendimento de pessoas com autismo ainda é um campo em construção. Uma grande mudança ocorre na família, diante das limitações e necessidades da pessoa com autismo, desta forma, este processo pode ficar menos doloroso com a ajuda externa, de profissionais preparados, pois ajudam a pessoa com autismo e dão apoio à família. Neste contexto, fica clara a importância dos familiares, pois são os primeiros a ter contato com o indivíduo e os mais importantes na aplicação de meios que favoreçam resultados mais satisfatórios.

Quem pode aplicar as estratégias em estudantes com TEA, são psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais (T.O), pedagogos, fisioterapeutas, entre outros, cada profissional de acordo com a exigência de cada estratégia. A busca por procedimentos de intervenção é fundamental para o aperfeiçoamento do atendimento às pessoas com TEA, a busca por profissionais faz a diferença, pois a experiência, conhecimento e habilidade desse profissional vai ocasionar a eficácia do tratamento.

Por fim, pude perceber que o campo de atuação do profissional é muito amplo e de grande importância para os autistas e toda a família, porém, muitas pessoas ainda não têm conhecimento sobre o tratamento adequado e por isso é tão comum a alfabetização tardia destes estudantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf> Acesso em: 15 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://wwwp.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf> Acesso em: 15 nov. 2023

CALEGARE, Natália, 2022 CID-11 O que muda no autismo com o novo documento da OMS? Disponível em: <https://genialcare.com.br/blog/cid-11/>. Acesso em: 15 nov. 2023

COSTA, V. A. Formação de professores e educação inclusiva frente às demandas humanas e sociais: para quê? In: MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO,

FIGUEIREDO, Carolina Salviano de. Um estudo sobre programas de intervenção precoce e o engajamento dos pais como coterapeutas de crianças autistas. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica), Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/29057/29057.PDF> Acesso em: 15 nov. 2023

QUEIROZ, S. M. A.; FERREIRA, S. P. A. Mediação docente na alfabetização do aluno com TEA: um olhar sobre as estratégias pedagógicas na produção de texto escrito. Disponível em < https://www.ufpe.br/documents/39399/2442885/QUEIROZ_+FERREIRA+-+2018.2.pdf/f636d050-288c-428c-b0c3-be58432fe5b5> Acesso em: 05 out. 2023.

RICASSO, Eloise, DSM-5: quais são os critérios do diagnóstico para o autismo? 2022. Disponível em <https://genialcare.com.br/blog/criterios-diagnostico-dsm-5-para-autismo/> Acesso em: 15 nov. 2023

SANTOS, A. T. S. S. Possibilidades e desafios da alfabetização: relato de experiência de uma docente dos anos iniciais do ensino fundamental. Disponível em <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2018/TRABALHO_EV110_MD1_SA16_ID1930_25072018101317.pdf> Acesso em: 05 out. 2023.

SAVIANI, D. As concepções pedagógicas na história da educação brasileira. In: PROJETO HISTEDBR 20 anos: navegando na história da educação brasileira. Campinas: UNICAMP, 25 ago. 2005. 38 p. Disponível em: <https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Dermeval_Saviani_artigo.pdf> Acesso em: 04 dez. 2023

SILVA, A. W. Metodologias para o ensino de alunos com autismo: As contribuições da literatura para a alfabetização do aluno com Deficiência Intelectual, 2018. Disponível em <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2018/TRABALHO_EV110_MD1_SA16_ID1567_02082018184541.pdf> Acesso em: 05 out. 2023.

CAPELLINI; SHIBUKAWA; RINALDO, 2016, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COLABORATIVAS NA ALFABETIZAÇÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA. Disponível em: <https://revistas.unoeste.br/index.php/ch/article/view/1309/1651>. Acesso em: 24 out. 2023.

T. A. O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 89. Disponível em: <file:///C:/Users/ashle/Downloads/o-professor-e-a-educacao-inclusiva.pdf> Acesso em 04 dez. 2023

ARTIGO ORIGINAL

A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO E AS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES

Iago Rodrigo Gomes

Recebido: 2026 | Aceito: 2026 | Publicado: 2026
DOI: a atribuir

RESUMO

Trata-se de um artigo que irá fazer uma apresentação breve e histórica, sobre o Ministério Público no Brasil, trazendo aspectos conceituais de diferentes épocas, perpassando por Brasil Colônia, Brasil Império e finalmente Brasil República, onde a partir deste último, o autor fará um recorte relativo à atuação ministerial no âmbito da educação brasileira, trazendo ao presente trabalho entendimentos de diversos Ministérios Públicos espalhados pelo Brasil acerca das escolas cívico-militares. São apresentadas ao leitor, diferentes características dadas ao colendo Ministério Público brasileiro através do tempo, listando as principais alterações constitucionais para que a instituição viesse a ter em seu escopo as funções atribuídas hoje pelo artigo 127 da CF 88, além dos aprimoramentos dados por constituintes anteriores, como por exemplo, a de 1985, que conseguiu trazer em seu bojo a Ação Civil Pública, além dos aperfeiçoamentos posteriores que tratariam de uma atuação mais resolutiva da instituição, no campo extrajudicial - tais como as recomendações, as audiências públicas e os termos de ajustamento de conduta, essenciais em tempos de falta de celeridade, por parte do poder judiciário, ou então, na defesa de direitos urgentes, homogêneos e/ou indisponíveis.

Palavras-chave: Ministério Público; Educação; Escolas Cívico-Militares.

ABSTRACT

This article presents a brief historical overview of the Brazilian Public Prosecutor's Office, discussing conceptual aspects from the colonial, imperial, and republican periods. It then focuses on the institution's role in Brazilian education and examines positions adopted by different Public Prosecutor's Offices regarding civic-military schools. The study describes the institutional development of the Public Prosecutor's Office, especially the constitutional changes that consolidated the functions now established by Article 127 of the 1988 Federal Constitution, as well as judicial and extrajudicial instruments such as public civil actions, recommendations, public hearings, and conduct adjustment agreements. It concludes that, within constitutional and institutional limits, the autonomy and functional independence of the institution may lead to different interpretations of the same educational policy in different regions.

Keywords: Public Prosecutor's Office; Education; Civic-Military Schools.

MINISTÉRIO PÚBLICO

O Excelso Ministério Público tem diariamente nas funções e designações de seus servidores, a árdua missão de garantir em outras palavras, a isonomia de uma nação, como para o caput do artigo 127 da Carta Magna: “é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”.

Complementa (TOLEDO, sd):

É instituição estatal dotada de autonomia e independência funcional, sem qualquer subordinação aos Poderes Legislativo, Executivo ou Judiciário. [...] Por instituição permanente entende-se que o Ministério Público deve sempre existir, como corolário da democracia. Isso significa ser o Ministério Público inerente ao Estado Democrático de Direito em que vivemos, dele não podendo se separar. [...] Quando o texto constitucional determina que o Ministério Público é essencial à função jurisdicional do Estado, refere-se à sua imprescindibilidade nos processos onde predomina o interesse público. [...] Ao preconizar a Lei Maior que cabe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, quer dizer que deve sempre zelar pelo efetivo respeito ao ordenamento jurídico, dentro da esfera de atuação que a Constituição Federal lhe confere. [...] A Constituição Federal atrelou, ainda, a função do Ministério Público à defesa do regime democrático. Assim, o Ministério Público ora fiscaliza o processo eleitoral, ora defende a representatividade popular, bem como o exercício dos direitos políticos.

No mesmo diapasão, encontra-se em suas designações, a garantia constitucional de subsídios para manutenção de uma sociedade mais igualitária possível - em se tratando das Promotorias e Procuradorias de Tutela Coletiva - através de instrumentos jurídicos e/ou extrajudiciais que de tempos em tempos se renovam, como nos casos da Ação Popular (4.717/65), da Ação Coletiva (8.078/90 Arts 81,82,91 a 100,103,104), da Ação Civil Pública (7347/85), dentre outras, senão como garantidoras de Direitos Transindividuais, Metaindividuais - ou simplesmente Direitos Difusos, Direitos Coletivos (6.938/81 Art.14) e Direitos Individuais Homogêneos como exemplos de instrumentos jurídicos - como também da manutenção da lei e da ordem, ou até trabalhando através de audiências públicas, oitivas, inquéritos civis (Ato 484/CPJ/2006, 7347/85 Art. 8 §1) e procedimentos preparatórios (734/93 Art. 104 I.2, Art. 106, Ato 484/CPJ/2006 Art.23, Res. 23/2007 CNMP), de maneira a mitigar tanto os efeitos, quanto as consequências

de atos nocivos sem que estes tenham que ser submetidos à morosidade da justiça brasileira - através de resoluções extrajudiciais.

Complementa (TOLEDO,sd):

O Ministério Público também atua na tutela dos interesses sociais, ou seja, na tutela dos direitos difusos e coletivos, sendo estes todos os ligados à coletividade, bem como na defesa dos interesses individuais, desde que indisponíveis, que são os direitos essenciais da personalidade, também chamados fundamentais, absolutos, personalíssimos, pois inerentes da pessoa humana, sendo o direito à vida, o direito à liberdade, o direito à honra, o direito à integridade física e psíquica, o direito ao estado civil, o direito ao nome, o direito à igualdade perante a lei, o direito à intimidade, o direito aos alimentos, dentre outros.

De certo modo, a reforma constitucional do texto da Carta Magna no ano de 1988, propiciou não só à sociedade brasileira uma instituição mais rígida, capaz de atender condignamente os interesses coletivos do povo, como também garantiu ao Parquet agir de maneira realmente autônoma, o que não acontecia plenamente nos textos anteriores e merece atenção no quesito evolução desta Augusta Instituição, já que a partir do ano de 1988, nos escritos da Constituição Federal Brasileira, pôde-se notar uma larga ampliação ao que se refere à organização, estrutura e desenvolvimento de uma Interna Corporis capaz de esmiuçar ao máximo as atividades ali produzidas (PFLUG - MEYER.2012).

Como para (PFLUG - MEYER.2012) ao que se refere às funções institucionais do Ministério Público no Brasil:

Pode-se dizer que, por meio de sua atuação, o Ministério Público passou a ser um dos esteios da democracia. Não há negar-se que o Ministério Público é investido de parcela de soberania estatal e, como tal, participa de sua estrutura, uma vez que faz parte de sua organização; por esta razão o seu funcionamento acaba por refletir as características do Estado do qual faz parte. Em assim sendo o Ministério Público pode existir tanto num regime democrático como num regime totalitarista, desempenhando distintas funções nos dois sistemas.

Vale ressaltar, que o Ministério Público como é conhecido hoje, através de seus ramos de atuação tais como Ministério Público da União, Ministério Público dos Estados, Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, é uma instituição relativamente nova (1832), se observarmos as datas de criação de cada um de seus ramos, em contrapartida, a mudança de funções de tempos em tempos, até a última promulgação de Constituição Federal, esta de 1988 (MAZZILLI.1991).

É necessário destacar que antes mesmo da existência da instituição denominada Ministério Público, já existiam postos e pessoas responsáveis por atuar sob a égide dos papéis do Promotor de Justiça, ou Promotor Público, como no caso da Relação da Bahia promulgada em 7 de março de 1609, que uma pessoa ligada à coroa portuguesa exercia as funções de Promotor de Justiça, segundo Pierangelli. 1983 p. 73-4 (apud MAZZILLI.1991).

Essa relação de poder centralizado, perdurou até pouco antes do fim do Brasil Império, onde continuava a exercer essa função o oficial designado pela coroa para controle externo de atividades imposto por Portugal. Cabe ressaltar que a essa altura, não poderia se falar em “Ministério Público” ou simplesmente “órgão”, já que todas as atribuições eram remetidas a essa pessoa de confiança de Portugal, não existindo autonomia ou segurança alguma que instituisse realmente os promotores públicos como classe independente, já que nessa época ainda faziam parte do poder executivo, não podendo se falar em separação dos poderes (MAZZILLI.1991).

É imprescindível destacar inclusive, que o Ministério Público ora como instituição, ora como membros que o compõem, dadas suas características de autonomia e organização, podem fazer parte tanto de governos autoritários como também de nações diplomáticas, efetuando funções diversas daquelas inicialmente elucubradas, se levado em consideração que mesmo sendo uma instituição de quarta via, ou seja, que não faça parte de nenhum dos 3 poderes, é investido de partículas estatais que o possibilita fiscalizar ambos poderes (MEYER.2012).

Já em 1824, ao oficial da Coroa Portuguesa - agora designado também como procurador da Soberania Nacional - fora facultado o ato delegativo de participar da parte acusatória nos tribunais, porém levando em consideração que essa ação também poderia erigir do parlamento. Somente no ano de 1832, o extinto Código de Processo Criminal detalhava as funções dos promotores e quais seriam as principais regras para serem nomeados. Conforme observado por Camargo Freitas (apud MAZZILLI.1991), somente em 1841 foi-se exigida uma espécie de formação dos promotores públicos para que estes pudessem ser nomeados.

No mesmo diapasão acima, ainda que expandido o leque acerca dos promotores e dos promotores públicos, a instituição Ministério Público ainda continuava obsoleta perante o poder centralizado da Corte Portuguesa, que continuava a indicar através do Imperador e dos responsáveis pelas províncias os promotores públicos, que tinham como requisito para continuar no posto, a defesa dos chamados serviços públicos. Nos demais textos constitucionais, o Ministério Público continuava sem ser sequer citado. (CAMARGO FREITAS, 2009).

Já no Brasil República ainda em 1891, o Colendo Ministério Público ainda não era referendado publicamente como instituição, apesar do avanço significativo de delimitarem textualmente, a indicação do Exmo. Procurador Geral e de suas competências revisionárias. Eis que Campos Salles de maneira inteligente, através de uma série de decretos, não só instituiu o Ministério Público

como órgão oficial, como também dava os primeiros passos para organizar a justiça, tal como conhecemos hoje, através da designação das justiças, em especial, a Federal e a do Distrito Federal. (MAZZILLI.1991)

Dessarte, apesar de todo o processo ter sido de certa maneira top down, é interessante destacar que logo aqui, as aludidas articulações do órgão para ser intitulado como instituição começavam e que após pressão do então Ministro de Justiça da época, o texto constitucional já tinha leis e capítulos reservados para o Ministério Público, por o Ministro entender como de suma importância a existência do órgão como oficial, para manutenção da justiça e organização territorial na época - como de fato ocorreu.

Por quase todo o período de Brasil República, o Ministério Público passou por épocas áureas de articulação, crescimento e organização de suas estruturas e atribuições. Somente no período compreendido da primeira ditadura militar (1937), esse avanço contínuo fora interrompido. (MAZZILLI.1991).

Porém, 4 anos mais tarde os avanços continuaram. Com a criação e o desenvolvimento do Código de Processo Penal, agora entendido como instituição, o Ministério Público ganhou a atribuição da Ação Penal, novos desenhos institucionais que permitiam a execução de novas diligências, bem como da criação e permissão da instauração de Inquérito Policial e fortalecimento enquanto instituição fiscalizadora. (MAZZILLI.1991).

Apesar do período nebuloso encarado pela instituição no ano de 1937, é de se destacar que em todos os Códigos de Processo Civil até a década de 73, o MP ganhava cada vez mais autonomia e visibilidade como instituição fiscalizadora e de intervenção jurídica. (MAZZILLI. 1991).

Entre as décadas de 81 e 85, fora alcançado o auge pela instituição: em ordem, os anos que o órgão ganhara seu primeiro documento que regimentava as atividades Interna Corporis dentro de seu corpo, como também do advento da lei da Ação Civil Pública, que propiciou ao MP o alcance da segurança jurídica inclusive dos direitos difusos e fundamentais. (MAZZILLI.1991)

ATUAÇÃO MINISTERIAL NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO.

No Brasil, os objetivos da educação são definidos no artigo 205 de nossa Carta Magna, corroborados através do ECA em seu artigo 53: o pleno desenvolvimento da pessoa humana, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Porém, faz-se necessária para uma análise holística da educação, a observação do Princípio da Prioridade Absoluta, presente no artigo 227 da constituição e também no artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), expostos desta maneira:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Art. 4º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à conveniência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

primazia de receber proteção e socorro em qualquer

circunstâncias;

precedência de atendimento nos serviços públicos e ou

de relevância pública;

preferência na formulação e na execução das políticas

sociais públicas;

destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas

relacionadas com a proteção à infância e juventude.

Pode-se dizer que a atuação do Ministério Público brasileiro, não se limita somente ao campo judicial, levando em consideração a demora à apreciação dos processos pelo poder judiciário ou então retornos aquém do esperado, não limitando também, a atuação do órgão em casos isolados, que envolvem um ou outro adolescente ou criança em situação de risco (TOLEDO, sd).

(TOLEDO, sd) Irá colocar que em seu dia a dia, o Ministério Público terá atuação mais abrangente, uma vez que suas intervenções se dão de diversas maneiras, envolvendo a família, a sociedade e de certo modo a tutela coletiva inclusive, ao cobrar de todos estes e também do poder público em nome de uma coletividade, um maior empenho na aplicação de políticas públicas, ajudando na implementação destas, como também atuando como órgão fiscalizatório, no cumprimento de certo número de vagas numa escola,

no respeito às cotas, na melhoria do sistema educativo - participando ativamente no controle de sua qualidade - do acesso à educação, do combate à evasão escolar e a correta observância do que deve ser investido na área de educação.

Sobre os instrumentos de atuação ministerial, (TOLEDO apud MAZZILLI,1991) irá colocar a importância de firmar o termo de ajustamento de conduta (TAC), proveniente do bojo de inquérito civil, quando houver direito transindividual desrespeitado ou sob ameaça, que servirá de modo extrajudicial - § 6º do artigo 5º da Lei nº 7.347/85 - e, após este ser devidamente formalizado, devendo ser encaminhado ao Conselho Superior do Ministério Público para apreciação, que pode se converter em homologação, ou não.

Outra via de atuação do MP Brasileiro abordada por (TOLEDO apud MAZZILLI,1991), são as audiências públicas, que em suas palavras, são dirigidas com o objetivo de aproximar a comunidade escolar, acerca de temas complexos e/ou polêmicos, ao que tangem direitos de crianças e adolescentes, com fulcro nas leis 8625/93 (artigo 27, caput e parágrafo único, inciso IV) e 9784/99.

É destacada também, a importância da recomendação ministerial, sempre que possível dirigida a entidades públicas e/ou privadas que prestam serviços à coletividade, com o devido envio da requisição, para que tal informação seja disponibilizada a todos de forma visível e quando possível de forma imediata, além de constar a resposta por escrito, também com fulcro na lei 8625/93 (artigo 27, caput e parágrafo único, inciso IV, parte final) (TOLEDO apud MAZZILLI, 1991).

Deste modo, conclui (TOLEDO, sd.):

Acresce-se ademais, que na área da educação, bastante válidas e eficazes as ações sugeridas pelo Ministério Público com base nas percepções dos Promotores de Justiça, que funcionam como sensores capilares dos problemas mais graves que afligem as crianças e adolescentes e atuam como agentes mobilizadores, articuladores, incentivadores do trabalho em parceria, priorizando diálogos e acordos.

A celeridade na resposta desta atuação traz resultados mais exitosos, garantindo o resguardo dos Princípios da Proteção Integral e da Prioridade Absoluta preconizados na Carta Magna e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

De maneira resumida, conforme preconizado em nossa Carta Magna, também complementado o que já foi exposto por (TOLEDO, sd), (NUNES, sd.) irá colocar algumas sugestões de atuação para o Ministério Público de São Paulo, que são elas:

1 - Diagnóstico da situação;

2 - Estabelecimento de canais de conversação e núcleos de articulação;

3 - Plano de atuação no município;

3.1. Zelar pela correta aplicação das verbas de financiamento da educação;

3.2. Verificação da existência e da regularidade no funcionamento dos Conselhos municipais relacionados à Educação, a saber: Conselho Municipal de Educação, Conselho do Fundeb e Conselho da Alimentação Escolar;

3.3. Verificar como está a situação da educação infantil;

3.4. Plano Municipal de Educação;

3.5. Verificar a não criação/implantação do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação Básica;

3.6. Incentivo ao funcionamento dos Conselhos Escolares;

3.7. Cobranças para uma escola mais inclusiva;

3.8. Segurança escolar;

3.9. Prevenção e combate à evasão escolar;

3.10. Vigilância quanto aos sistemas apostilados de ensino.

AS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES PARA DIFERENTES MINISTÉRIOS PÚBLICOS BRASILEIROS

Como já exposto anteriormente, o Ministério Público brasileiro divide-se em alguns ramos, sendo eles Ministério Público da União, Ministério Público Militar, Ministério Público Eleitoral, Ministério Público de Contas, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e por fim, os Ministérios Públicos Estaduais.

Por serem instituições autônomas e independentes, além de corresponderem ao status de “unidade”, para cada qual necessidade surgir para a sociedade, desde que aprovado internamente dentro dos limites constitucionais e de certa maneira, do teto de gastos da instituição, o MP pode se dividir em demais células como associações - por exemplo a ABRAMPA, sigla para Associação Brasileira de Membros do Ministério Público do Meio Ambiente - ou como no caso do MP Pró Sociedade, associação que congrega membros conservadores de diversos ministérios públicos brasileiros.

Como colocam em seu Twitter (HTTPS://TWITTER.COM/M_PPRO?LANG=EN.2019) “O Ministério Público Pró-Sociedade é uma associação de membros do MP brasileiro, com perfil conservador, voltada a difundir e a promover a Ordem, a Liberdade e a

Justiça como valores sociais fundamentais.”

A partir dessa premissa, nesse capítulo buscaremos abordar notícias de jornal que envolvam diversos MPs e suas posições, a favor e contra as escolas cívico-militares, como o próprio MP Pró Sociedade, onde de acordo com (OGLOBO.COM . 2019) até a data da publicação da matéria, a associação havia se contraposto a então Procuradora Geral da República à época, Raquel Dodge, defendendo a legalidade dos decretos instituídos pelo presidente da república Jair Messias Bolsonaro.

Cita (OGLOBO.COM . 2019):

[...] A nota da associação cita "nomes de expressão nacional" que se formaram em escolas militares. Entre eles, Agildo Ribeiro, Castrinho, Ivan Lins e o senador Jaques Wagner (PT-BA). "Não são quartéis, mas ambientes escolares, os quais seguem os planos estabelecidos pelo MEC e os princípios constitucionais e legais, mas impondo ordem compatível com a faixa etária e com o nível de discernimento dos alunos, os quais têm de manter o uniforme impecável e o cabelo dentro de um padrão imposto a todos independentemente da cor, sexo, classe social."

Para tal associação, o ensino cívico militar é regido por disciplina e ordem, impostos de forma constitucional, já que se seguem os planos estabelecidos pelo Ministério da Educação, como por exemplo, a manutenção impecável dos uniformes.

É colocado ainda, que em nenhum momento o projeto das escolas cívico-militares é imposto aos colégios, ocorrendo sua proposta de maneira facultativa, ou seja, sem a obrigação de adesão e que por isso os decretos por todo o Brasil não são ilegais, já que através do âmbito da gestão democrática de ensino e a tese da liberdade de escolha, as escolas têm o poder de escolher o sistema de educação de sua preferência (OGLOBO.COM . 2019).

Conforme já citado, um dos instrumentos de atuação dos ministérios públicos brasileiros, no processo de formação do convencimento dos promotores, bem como da coleta de informações junto à população, a audiência pública como modalidade de consulta à comunidade, também fez parte da análise dos projetos de escolas cívico-militares por parte do MP de Amapá, onde a promotoria de justiça de Mazagão procurou ouvir diretores, alunos pais e professores de duas escolas da região, sobre o programa lançado pelo MEC dia 5 de setembro de 2019 (MPAP.2019).

Conforme (MPAP.2019) coloca:

O programa foi lançado pelo Ministério da Educação (MEC), no dia 5 de setembro de 2019. Após o seu lançamento, o promotor de Justiça Marco Valério Vale dos Santos reuniu com os diretores das Escolas Estaduais Dom Pedro I (Mazagão Novo) e Evilásio Pedro de Lima Ferreira (Central do Maracá), professores Ademias Baia e Joelson Costa, respectivamente, para falar sobre a viabilidade de inscrever as escolas no programa e instaurou Notícia de Fato nº 000335-77.2019.9.04.0003 para acompanhamento do processo de inscrição.

As consultas públicas realizadas nas respectivas escolas é uma das etapas exigidas pelo MEC para habilitação. Participaram da consulta professores, estudantes, coordenadores e familiares de alunos das escolas que serão contempladas com o programa, caso sejam selecionadas pelo MEC. Em ambas as consultas houve adesão pela grande maioria do público presente.

Como destacado, a consulta pública em questão, é procedimento obrigatório a ser realizado em conformidade com o Ministério da Educação, principalmente para discussão de quaisquer projetos educacionais. Também se leva em consideração, a adesão voluntária de boa parte da população nas consultas, apesar de ainda depender do MEC a inscrição dos colégios da região no projeto.

Sobre o programa, explica (MPAP.2019):

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, criado pelo Governo Federal, pretende criar escolas de ensino cívico-militar em regiões de vulnerabilidade social, e/ou com média baixa no Índice de Desenvolvimento Básico da Educação (Ideb).

Os objetivos do programa são abranger as áreas; Didático-pedagógica, com atividades de supervisão escolar e psicopedagogia para melhorar o processo de ensino-aprendizagem, preservando as atribuições exclusivas dos docentes; Educacional, para fortalecer os valores humanos, éticos e morais bem como incentivar a formação integral do cidadão e promover a sensação de pertencimento no ambiente escolar; Administrativa, para aprimorar a infraestrutura e a organização da escola, melhorando a utilização de recursos disponíveis na unidade escolar.

O projeto trará melhorias para a comunidade, aumentando a participação dos alunos na escola, melhorando o desempenho deles dentro e fora de sala de aula e ampliando as oportunidades para os estudantes, em sua maioria, de baixa renda.

O governo deu um prazo do dia 6 a 27 de setembro, para que as unidades federativas indiquem duas escolas que poderão receber o programa em formato piloto, já no primeiro semestre de 2020. Os colégios devem ter de 500 a 1.000 alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e/ou do ensino médio.

Conforme se observa, a referida promotoria de justiça de Mazagão, não só entende como benéfico o projeto no âmbito escolar da comunidade em questão, como também, por consequência entende o programa dentro das competências constitucionais do poder executivo, ou seja, dentro da legalidade, conforme o promotor de justiça Marco Valério:

"Este projeto é muito importante para as crianças e adolescentes dessas escolas, pois, oportuniza uma melhoria na qualidade de ensino destes estudantes, aumentando seu desempenho e oportunizando para comunidades carentes como esta, uma melhoria de vida por meio da educação" (MPAP.2019).

Apesar de parecer consenso da categoria, conforme já colocado outrora no presente trabalho, o Ministério Público brasileiro goza de certa autonomia e independência funcional de seus membros, o que significa que não necessariamente toda categoria pense igual, a favor da legitimação do projeto de militarização das escolas, como no caso que ocorreu no MPF em 13 de setembro de 2019, através de órgão colegiado e comissão que o compõe.

Foi o caso da Comissão Permanente de Educação do Grupo Nacional de Direitos Humanos, órgão integrante do Conselho Nacional de Procuradores Gerais - conselho integrado por membros do MPF e dos MPs dos estados - que aprovou enunciado entendendo ser o Programa Nacional das Escolas Cívico Militares, parcialmente ilegal.

O órgão entende que o referido programa fere algumas situações previstas na lei

De Diretrizes e Bases da Educação e do Plano Nacional de Educação, como por exemplo ferir os princípios de reserva legal, da gestão democrática do ensino público e da valorização dos profissionais da educação (MPF.2019).

O (MPF.2019), coloca que enunciados como este, são documentos vinculativos expedidos com fim de orientar o trabalho dos MPs do Brasil todo, produzidos por órgãos superiores e/ou colegiados do MPU, investido da capacidade de produzir entendimentos sobre determinadas matérias a eles dirigidas.

Por último, podemos citar o entendimento das Promotorias de Justiça e de Defesa da Educação do MPDFT, conforme explicitado por (R7.COM .2019), que após questionamentos de deputados distritais, expediu nota defendendo a legalidade deste.

Em análise de portarias publicadas no âmbito do Distrito Federal por tal secretaria, as promotoras titulares da PROEDUC, entende que estas foram expedidas respeitando os limites regulamentares do poder executivo, ou seja, estas entendem não se tratar de matéria que deve ter suas competências invadidas por outro poder - no caso o poder judiciário - (R7.COM.2019).

Coloca (R7.COM.2019):

A nota técnica emitida pelas promotorias diz que a portaria está "em consonância com os princípios norteadores da educação, entre os quais o da gestão democrática, universalidade e gratuidade do ensino público, e com a efetiva realização das finalidades educacionais: pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Divergindo do entendimento de outros MPs brasileiros, é o que a nota expedida pela referida promotoria defende.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apresentado pelo presente trabalho, conseguimos entender algumas noções do que seria o Ministério Público brasileiro, que perpassa desde sua criação há séculos atrás, até os dias de hoje, nos ditames da Constituição Federal de 1988, que ampliou e consolidou os poderes da referida instituição, além de garantir autonomia, unidade e independência funcional aos membros do Ministério Público.

Houve também, o esforço de apresentar alguns entendimentos de Ministérios Públicos do Brasil todo e autores, do que seria a atuação ministerial no âmbito da educação, em especial observado o projeto das escolas cívico-militares, seja de acordo com normativas mais técnicas, no caso do que a Carta Magna reserva para a atuação ministerial para a área da educação, sejam para diversas realidades de nosso dia-a-dia, para uma atuação ministerial mais voltada para acontecimentos de nosso cotidiano, que ensejam dos promotores e procuradores de justiça, a emissão de opiniões pessoais e confecção de notas técnicas conjuntas.

Pudemos compreender também, que desde que a atuação funcional dos membros do Ministério Público esteja pautada no que vem sendo embasado na Carta Magna Brasileira e em normativas de órgãos colegiados e superiores do MP, uma única matéria a nível nacional, respeitadas as particularidades de cada região, podem ensejar diversos entendimentos a favor e contra determinada pauta, levando em consideração justamente a autonomia e independência de diferentes MPs no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição Federal, Brasília - DF, 1988;

_____Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> . Acesso em: Novembro/2019.

_____Lei da Ação Civil Pública. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7347orig.htm>. Acesso em Novembro/2019;

MAZILLI, Hugo Nigro. Manual do Promotor de Justiça, 2ª ed.,Saraiva, 1991;

_____Conceito de Inquérito Civil. Disponível em: <http://www.mazzilli.com.br/pages/artigos/concinqciv.pdf>. Acesso em Novembro/2019;

MEYER, Samantha Ribeiro O MINISTÉRIO PÚBLICO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 THE PUBLIC ATTORNEY IN 1988 FEDERAL CONSTITUTION, Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo, v2. Págs. 177 a 192, ISSN: 2316-6959, 2012;

MPAP. Promotoria de Mazagão Realiza Consulta Pública em Escolas do município Sobre Adesão do Programa de Escolas Cívico Militares. Disponível em: <https://www.mpap.mp.br/noticias/gerais/promotoria-de-mazagao-realiza-consulta-publica-em-escolas-do-municipio-sobre-adesao-do-programa-escolas-civico-militares>. Acesso em: Novembro/2019.

MPF. Enunciado Considera que Programa de Escolas Cívico Militares Fere os Princípios da Reserva Legal e da Gestão Democrática do Ensino Público. Disponível em:<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/educacao-enunciado-considera-que-programa-de-escolas-civico-militares-fere-os-principios-da-reserva-legal-e-da-gestao-democratica-do-ensino-publico>. Acesso em: Novembro/2019.

MPSP; NUNES, Antonio Carlos Ozório. O Ministério Público e algumas contribuições possíveis à qualidade da educação. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Educacao/qualidade_da_educacao/textos_qualidade_da_educacao/O_Minist%C3%A9rio_P%C3%BAblico_e_alguma_contribui%C3%A7%C3%B5es_poss%C3%ADveis_%C3%A0_qualidade_da_educa%C3%A7%C3%A3o.pdf> . Acesso em: Novembro/2019.

OGLOBO. Em Oposição a Dodge, Grupo Conservador do MP, defende Decreto de Jair Messias Bolsonaro, Sobre Escolas Militares. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/sociedade/em-oposicao-dodge-grupo-conservador-do-mp-defende-decreto-de-bolsonaro-sobre-escolas-militares-23953907> . Acesso em: Novembro/2019.

R7.COM. MP Considera Legal Portaria Sobre Escolas Cívico Militares. Disponível em: <https://noticias.r7.com/educacao/mp-considera-legal-portaria-sobre-escolas-civico-militares-18022019>. Acesso em: Novembro/2019.

TOLEDO, Vera Lúcia Acayaba. O MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DA EDUCAÇÃO. DOC. sd.

ARTIGO ORIGINAL

QUADRINHOS NO LIVRO DIDÁTICO: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE LEITURA NA COLEÇÃO PORTUGUÊS: LINGUAGENS

Fábio Cardoso dos Santos
Professor Doutor em Linguística
Publicado: 2026

RESUMO

Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa de natureza qualitativa e abordagem textual que investigou o encaminhamento metodológico das atividades didáticas com os gêneros dos quadrinhos na coleção Português: Linguagens, destinada aos anos finais do Ensino Fundamental. O corpus foi constituído pelos volumes 1, 2, 3 e 4 da coleção, aprovada pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2011. A investigação teve como foco a presença dos gêneros histórias em quadrinhos, tiras, cartuns, charges e caricaturas nas diferentes seções de ensino e, posteriormente, a análise das atividades propostas para seu trabalho em sala de aula. O levantamento quantitativo permitiu identificar a distribuição dos gêneros pela coleção e pelas seções didáticas, enquanto a análise qualitativa buscou compreender as concepções de leitura e os encaminhamentos pedagógicos presentes nas atividades. Os dados mostram presença expressiva das tiras em comparação com os demais gêneros, além de concentrações diferenciadas nas seções voltadas ao estudo da língua, produção textual, escrita e leitura. A pesquisa evidencia que a presença de textos multimodais no livro didático precisa ser analisada não apenas pela frequência com que aparecem, mas pelas possibilidades de construção de sentidos que as atividades oferecem ao aluno. Conclui-se que os quadrinhos constituem recurso relevante para o ensino de Língua Portuguesa e para a formação do leitor, especialmente quando explorados em sua dimensão verbal, visual, discursiva e sociocultural.

Palavras-chave: Quadrinhos. Livro didático. Leitura. Formação do leitor. Língua Portuguesa.

ABSTRACT

This article presents results from a qualitative, text-based study of the methodological treatment of comics genres in the Português: Linguagens textbook collection for the final years of elementary school. The corpus comprised volumes 1 through 4, approved by Brazil’s 2011 National Textbook Program (PNLD). The study examined comic strips, comics, cartoons, editorial cartoons and caricatures across teaching sections, combining a quantitative survey with a qualitative analysis of the proposed activities. The findings show a marked predominance of comic strips and differing concentrations across language study, text production, writing and reading sections. They also indicate that multimodal texts should be assessed not only by frequency, but by the meaning-making opportunities offered to students. Comics are therefore a relevant resource for Portuguese-language teaching and reader education when their verbal, visual, discursive and sociocultural dimensions are explored.

Keywords: Comics. Textbook. Reading. Reader education. Portuguese language.

1 INTRODUÇÃO

A leitura ocupa lugar central no ensino de Língua Portuguesa, sobretudo quando compreendida como prática de construção de sentidos e como instrumento para a formação de leitores capazes de interpretar criticamente diferentes discursos que circulam socialmente. Nesse contexto, o livro didático assume papel relevante, uma vez que organiza textos, atividades e propostas metodológicas que orientam parte significativa do trabalho desenvolvido em sala de aula.

Entre os textos presentes nos materiais didáticos encontram-se os gêneros dos quadrinhos, constituídos pela articulação entre linguagem verbal e recursos visuais. Histórias em quadrinhos, tiras, cartuns, charges e caricaturas mobilizam diferentes recursos semióticos e podem contribuir para práticas de leitura que ultrapassem a decodificação verbal. A compreensão desses textos requer a observação da relação entre imagem, palavra, sequência narrativa, expressões, balões, enquadramentos e outros elementos constitutivos.

Foi nesse cenário que se desenvolveu a pesquisa de doutorado que deu origem ao presente artigo. O estudo tomou como objeto a coleção Português: Linguagens para o Ensino Fundamental, procurando compreender de que maneira os quadrinhos são inseridos nas atividades didáticas e quais encaminhamentos de leitura e produção são propostos aos estudantes. A escolha da coleção relacionou-se à sua participação no PNLD e à presença de diferentes gêneros discursivos e atividades de ensino de Língua Portuguesa.

O objetivo deste artigo é apresentar e discutir os principais resultados dessa investigação, com atenção à incidência dos gêneros dos quadrinhos nos quatro volumes da coleção e às práticas de leitura e ensino propostas nas atividades. Busca-se, assim, evidenciar não apenas a presença quantitativa dos quadrinhos, mas a função pedagógica atribuída a esses textos no material didático.

2 LEITURA, LIVRO DIDÁTICO E FORMAÇÃO DO LEITOR

A pesquisa parte da compreensão de que ensinar leitura implica criar condições para que o aluno estabeleça relações entre o texto, seus conhecimentos prévios e o contexto de circulação dos discursos. A formação do leitor crítico, presente como preocupação nos documentos orientadores do ensino de Língua Portuguesa, exige práticas que permitam ao estudante construir sentidos, formular hipóteses, reconhecer diferentes perspectivas e posicionar-se diante do que lê.

Nessa perspectiva, o livro didático não deve ser compreendido apenas como suporte de conteúdos. Ele constitui uma proposta de ensino, na qual a seleção dos textos e a formulação das atividades indicam modos de conceber leitura, linguagem e aprendizagem. Analisar um livro didático significa, portanto, observar também quais práticas de leitura são favorecidas por suas atividades e quais aspectos dos gêneros são efetivamente colocados em discussão.

O corpus investigado nesta pesquisa foi constituído por uma coleção destinada aos anos finais do Ensino Fundamental. A coleção Português: Linguagens apresenta unidades, capítulos e seções de ensino que organizam diferentes práticas, entre elas Estudo do texto, Produção de texto, A língua em foco, De olho na escrita e, em alguns volumes, Divirta-se e Projetos. Essa organização possibilitou observar em quais momentos os quadrinhos aparecem e qual função assumem em cada seção.

3 OS QUADRINHOS COMO LINGUAGEM MULTIMODAL

Os quadrinhos constituem uma linguagem marcada pela articulação entre diferentes recursos. A leitura de uma tira ou história em quadrinhos não depende exclusivamente das palavras, pois a produção de sentidos decorre da interação entre elementos verbais e visuais. Balões, vinhetas, expressões faciais, enquadramentos, gestos, onomatopeias, sinais gráficos e organização espacial participam da construção da narrativa e dos efeitos de sentido.

A pesquisa adotou a denominação gêneros dos quadrinhos para contemplar diferentes manifestações identificadas no corpus: histórias em quadrinhos, tiras, cartuns, charges e caricaturas. Embora compartilhem recursos constitutivos da linguagem dos quadrinhos, esses gêneros apresentam especificidades quanto à extensão, finalidade comunicativa, construção temática e relação com os acontecimentos sociais.

Essa característica multimodal amplia as possibilidades pedagógicas dos quadrinhos. Ao trabalhar esses textos, o professor pode explorar relações entre linguagem verbal e não verbal, inferências, humor, ironia, crítica social, construção de personagens, sequência narrativa e efeitos produzidos por elementos gráficos. Contudo, tais possibilidades dependem do encaminhamento metodológico proposto pelas atividades.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa que fundamenta este artigo caracteriza-se como investigação qualitativa, em uma abordagem textual. O corpus foi constituído pela coleção Português: Linguagens, volumes 1, 2, 3 e 4, destinada, respectivamente, ao 6º, 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental. A coleção foi aprovada pelo PNLD 2011 e circulou nas escolas públicas no período correspondente à edição analisada.

O percurso metodológico desenvolveu-se em dois movimentos complementares. Inicialmente, realizou-se o levantamento da incidência dos gêneros dos quadrinhos nas unidades, capítulos e seções de ensino dos quatro volumes. Foram registrados os diferentes gêneros identificados e sua distribuição pelas seções didáticas. Esse procedimento permitiu construir uma visão quantitativa da presença dos quadrinhos na coleção.

Em seguida, procedeu-se à análise qualitativa das atividades. Foram selecionadas atividades que utilizavam os gêneros dos quadrinhos, observando-se os encaminhamentos propostos pelos autores, as habilidades mobilizadas e a relação estabelecida entre os textos e o ensino da língua. Dessa maneira, os dados numéricos foram utilizados como ponto de partida para uma leitura interpretativa das práticas pedagógicas.

A combinação dos dois procedimentos permitiu evitar uma análise limitada à contagem de ocorrências. A frequência de um gênero no material não é suficiente para determinar sua importância pedagógica; é necessário observar o que o aluno é convidado a fazer com o texto e quais dimensões da linguagem são efetivamente exploradas.

5 A PRESENÇA DOS QUADRINHOS NA COLEÇÃO

O levantamento realizado demonstrou a presença de diferentes gêneros dos quadrinhos nos quatro volumes analisados. Entretanto, a distribuição não ocorreu de maneira uniforme. As tiras apresentaram incidência significativamente superior à das histórias em quadrinhos, cartuns, charges e caricaturas em diversos momentos da coleção.

No volume 1, por exemplo, o levantamento geral registrou 69 ocorrências de quadrinhos nas diferentes seções: 2 histórias em quadrinhos, 60 tiras e 7 cartuns. A maior concentração ocorreu na seção A língua em foco, com 36 tiras e 6 cartuns, seguida por De olho na escrita, com 7 tiras. Também foram identificadas ocorrências em Estudo do texto e Produção de texto.

A distribuição demonstra que os quadrinhos não foram inseridos exclusivamente em atividades de leitura. Sua presença alcança diferentes dimensões do ensino de Língua Portuguesa, incluindo produção textual, estudo da língua e escrita. Esse dado é relevante porque revela que os gêneros podem cumprir funções didáticas distintas dentro de uma mesma coleção.

No conjunto da análise, observou-se ainda que determinadas seções concentram maior número de ocorrências. A presença recorrente das tiras em A língua em foco evidencia seu aproveitamento como material para observação de aspectos linguísticos. Ao mesmo tempo, outras atividades utilizam quadrinhos como ponto de partida para produção de textos ou para discussão de elementos de leitura.

O levantamento quantitativo, portanto, não deve ser interpretado apenas como indicador de quantidade. Ele permite perceber tendências de uso e identificar os espaços curriculares em que os quadrinhos são considerados pelos autores como recurso didático.

6 AS PRÁTICAS DE LEITURA PROPOSTAS

A segunda etapa da pesquisa concentrou-se na análise das atividades, buscando compreender de que maneira os alunos são conduzidos à leitura dos quadrinhos. Nesse momento, tornou-se necessário observar não somente o texto apresentado, mas também as perguntas, comandos e tarefas que o acompanham.

No volume 1, a pesquisa analisou, entre outros recortes, uma história em quadrinhos apresentada na Unidade 2, no capítulo Quando eu crescer..., seção Estudo do texto. O gênero foi selecionado mesmo não correspondendo ao de maior incidência, justamente por constituir ocorrência singular na coleção e permitir observar como uma história em quadrinhos é mobilizada para o ensino da língua.

A atividade é introduzida por uma reflexão sobre o futuro e sobre as possibilidades profissionais, conduzindo o estudante à leitura da história. Esse encaminhamento demonstra que o texto quadrinizado pode assumir função de mediação para a construção de sentidos, articulando tema, leitura e reflexão.

A análise das atividades dos quatro volumes evidenciou que os quadrinhos são mobilizados em diferentes situações didáticas. Em alguns casos, o foco recai sobre aspectos linguísticos; em outros, sobre leitura, interpretação ou produção. Essa diversidade confirma a presença dos quadrinhos como recurso integrado à proposta geral de ensino da coleção.

Entretanto, a análise qualitativa mostra a importância de distinguir a simples presença do gênero de um trabalho efetivamente voltado à leitura de sua especificidade. Quando a atividade considera apenas o conteúdo verbal ou utiliza o quadrinho como suporte para localizar informações linguísticas, parte das possibilidades semióticas do gênero pode permanecer pouco explorada.

Por outro lado, atividades que estimulam o estudante a estabelecer relações entre palavras, imagens, expressões, sequência narrativa e contexto ampliam as possibilidades de leitura. Nesses casos, o quadrinho deixa de ser apenas ilustração ou pretexto e passa a ser objeto efetivo de leitura.

7 DISCUSSÃO: ENTRE A PRESENÇA DO GÊNERO E SUA EXPLORAÇÃO PEDAGÓGICA

Os dados levantados permitem afirmar que os quadrinhos ocupam espaço significativo na coleção analisada, sobretudo por meio das tiras. Contudo, a presença quantitativa não deve ser confundida automaticamente com uma abordagem aprofundada do gênero. A questão pedagógica central passa a ser o modo como as atividades transformam o texto em objeto de aprendizagem.

A predominância das tiras pode ser explicada, em parte, por sua extensão reduzida e pela facilidade de inserção em diferentes seções do livro. Seu formato favorece a utilização em atividades de gramática, leitura, escrita e produção textual. Ainda assim, essa facilidade pode conduzir a um uso instrumental se os recursos visuais, discursivos e culturais da tira não forem considerados.

A análise realizada na tese também evidencia que os quadrinhos podem ocupar diferentes posições no ensino: objeto de leitura, recurso para reflexão linguística, modelo para produção textual ou material de apoio. Essas funções não são necessariamente excludentes, mas produzem experiências de leitura distintas.

Do ponto de vista da formação do leitor, interessa especialmente a situação em que o aluno é convidado a construir sentidos a partir da interação entre diferentes linguagens. A leitura dos quadrinhos requer inferências e articulações que podem favorecer uma postura ativa diante do texto. Nesse sentido, trabalhar com quadrinhos pode contribuir para práticas de leitura que considerem a multimodalidade como constitutiva do processo de significação.

O livro didático, nesse processo, exerce papel importante. As atividades selecionam aquilo que deve ser observado, perguntado, produzido ou discutido. Por isso, a análise das propostas didáticas permite compreender não apenas como o gênero aparece, mas que concepção de leitura é favorecida pelo material.

8 CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA PARA O ENSINO

A pesquisa contribui para o reconhecimento dos quadrinhos como objeto legítimo de ensino de Língua Portuguesa, não apenas como recurso de motivação ou entretenimento. Sua estrutura multimodal oferece possibilidades para o trabalho integrado com leitura, produção textual, linguagem verbal e não verbal e construção de sentidos.

Para o professor, conhecer as características dos gêneros dos quadrinhos é condição importante para selecionar e ampliar as propostas do livro didático. Mesmo quando o material apresenta uma atividade com determinada finalidade, o docente pode explorar outros aspectos do texto, desde que mantenha coerência com os objetivos de aprendizagem.

A pesquisa também contribui para a análise crítica do livro didático. Observar a frequência dos gêneros, sua distribuição pelas seções e os tipos de atividades propostas permite ao professor identificar potencialidades e limites do material e tomar decisões pedagógicas mais conscientes.

Nesse sentido, o estudo reforça a necessidade de compreender leitura como prática multimodal. Em uma sociedade marcada pela circulação simultânea de palavras, imagens, sons e diferentes formas de representação, formar leitores implica desenvolver a capacidade de interpretar e relacionar essas linguagens.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada neste artigo investigou a presença e o encaminhamento metodológico dos gêneros dos quadrinhos na coleção Português: Linguagens, volumes 1, 2, 3 e 4. O levantamento quantitativo revelou distribuição diferenciada dos gêneros pelas seções de ensino, com predominância expressiva das tiras em relação às demais modalidades identificadas.

A análise qualitativa permitiu avançar para além da contagem e observar as funções atribuídas aos quadrinhos nas atividades. Os gêneros aparecem associados a práticas de leitura, produção textual, escrita e estudo da língua, demonstrando sua integração à proposta didática da coleção.

Os resultados também mostram que a presença do gênero não garante, por si só, uma exploração de sua especificidade. A qualidade da experiência de leitura depende do encaminhamento dado pelas atividades. Quando o estudante é levado a articular linguagem verbal e visual, realizar inferências e compreender os recursos constitutivos do gênero, ampliam-se as possibilidades de formação de um leitor mais ativo e crítico.

Conclui-se que os quadrinhos apresentam potencial pedagógico relevante para o ensino de Língua Portuguesa e para a formação do leitor, especialmente quando tratados como linguagem e como gênero discursivo, e não apenas como apoio ilustrativo. A pesquisa evidencia, ainda, a importância de que professores realizem uma leitura crítica dos materiais didáticos, identificando possibilidades de ampliação das atividades propostas.

Por se tratar de uma investigação situada em uma coleção e em um contexto específico do PNLD, seus resultados não pretendem generalizar o tratamento dos quadrinhos para todos os livros didáticos. Sua contribuição está na análise detalhada de um corpus determinado e na possibilidade de oferecer elementos para novas pesquisas sobre a relação entre quadrinhos, livro didático, leitura e ensino de Língua Portuguesa.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. Brasília, DF: MEC/SEF.

BRASIL. Ministério da Educação. Guia de livros didáticos: PNLD 2011. Brasília, DF: MEC.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez.

RAMOS, Paulo. A leitura dos quadrinhos. São Paulo: Contexto.

ROJO, Roxane. Letramentos múltiplos, escola e inclusão social. São Paulo: Parábola Editorial.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica.

VERGUEIRO, Waldomiro. Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula. São Paulo: Contexto.

ARTIGO ORIGINAL

HUMANIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA NA ERA DIGITAL: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA E DAS LINGUAGENS DIGITAIS PARA O ATENDIMENTO AO CIDADÃO

José Levy da Silva; Expedito Gomes de Mereles; Lindinalva Alexandre de Sobral Mereles; Maria Aparecida Gomes de Mereiles Marques; Talitha Nascimento de Souza Senna

Orientadora: Professora, Mestre em Educação Maria Luzia de Góis (Malu Góis)

Publicado: 2026

RESUMO

A transformação digital dos serviços públicos tem ampliado as possibilidades de acesso à informação, agilizado procedimentos e modificado a relação entre Estado e sociedade. Entretanto, a incorporação de tecnologias aos processos administrativos não elimina a necessidade de relações baseadas em acolhimento, escuta, empatia e respeito à dignidade humana. Este artigo analisa a humanização da gestão pública na era digital, com ênfase nas contribuições da psicologia e das linguagens digitais para a qualificação do atendimento ao cidadão. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, construída a partir de referências sobre gestão pública, gestão de pessoas, humanização dos serviços e transformação digital. A discussão evidencia que a eficiência tecnológica precisa ser articulada à acessibilidade, à comunicação clara, à escuta ativa e à valorização dos servidores públicos. Conclui-se que a humanização não deve ser compreendida como oposição à inovação, mas como princípio orientador para que a digitalização dos serviços públicos produza eficiência sem perder de vista as pessoas que utilizam e executam esses serviços.

Palavras-chave: Gestão Pública. Humanização. Governo Digital. Psicologia. Atendimento ao cidadão.

ABSTRACT

The digital transformation of public services has expanded access to information, accelerated procedures and changed the relationship between the State and society. Yet technology does not eliminate the need for welcoming, listening, empathy and respect for human dignity. This article examines the humanization of public management in the digital age, emphasizing contributions from psychology and digital language to better citizen service. It is a qualitative, exploratory literature review based on public management, people management, service humanization and digital transformation. The discussion shows that technological efficiency must be linked to accessibility, clear communication, active listening and the appreciation of public servants. Humanization is not opposed to innovation; it should guide digitalization so that public services gain efficiency without losing sight of the people who use and provide them.

Keywords: Public management. Humanization. Digital government. Psychology. Citizen service.

1 INTRODUÇÃO

A administração pública tem passado por transformações impulsionadas pelos avanços tecnológicos e pelas novas demandas sociais. A digitalização dos serviços públicos ampliou as possibilidades de acesso à informação e permitiu que diversos procedimentos fossem realizados sem a necessidade de deslocamento físico. Esse movimento representa importante avanço em termos de agilidade, praticidade e eficiência. Entretanto, a modernização dos processos também produz desafios relacionados à qualidade do atendimento e à preservação da dimensão humana nas relações entre Estado e população.

Nesse contexto, a humanização da gestão pública ganha relevância por propor que a eficiência administrativa seja articulada ao respeito, à empatia, à escuta e à valorização das necessidades dos cidadãos. Matias-Pereira (2021) destaca a necessidade de conciliar eficiência administrativa, inovação e compromisso social. A psicologia contribui para essa discussão ao oferecer conhecimentos relacionados às relações interpessoais, comunicação, escuta ativa e comportamento organizacional. Chiavenato (2020), por sua vez, enfatiza a importância da valorização das pessoas para o desempenho das organizações.

As linguagens digitais também ocupam posição estratégica nesse processo. Sistemas, aplicativos, portais, mensagens e outros canais digitais passaram a mediar parte significativa da relação entre cidadãos e instituições públicas. Por isso, não basta disponibilizar o serviço em meio eletrônico: é necessário garantir que a informação seja compreensível, acessível e adequada às diferentes condições dos usuários.

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo analisar a humanização da gestão pública na era digital, destacando as contribuições da psicologia e das linguagens digitais para a melhoria do atendimento ao cidadão. Parte-se do seguinte problema de pesquisa: como a humanização, articulada aos conhecimentos da psicologia e ao uso adequado das linguagens digitais, pode contribuir para qualificar o atendimento ao cidadão na gestão pública contemporânea?

2 METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório. A análise foi construída a partir do material elaborado no Projeto Integrador do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Faculdade Academus, complementado pela organização e interpretação das referências utilizadas no trabalho. Foram considerados autores e documentos relacionados à administração pública, gestão de pessoas, humanização dos serviços, comunicação e transformação digital.

A abordagem qualitativa mostra-se adequada porque o objeto de estudo envolve relações humanas, práticas de atendimento, comunicação e aspectos organizacionais que não podem ser compreendidos exclusivamente por indicadores quantitativos. O caráter exploratório decorre da intenção de discutir os desafios e as possibilidades da humanização em um contexto de transformação digital, buscando organizar conceitos e perspectivas que contribuam para a reflexão sobre a gestão pública contemporânea.

3 HUMANIZAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA CONTEMPORÂNEA

Humanizar a gestão pública significa deslocar o foco exclusivo dos procedimentos para as pessoas que dão sentido à existência dos serviços públicos: cidadãos e servidores. Essa perspectiva não representa abandono das normas ou dos princípios administrativos. Ao contrário, busca aproximar eficiência e finalidade social, fazendo com que processos, tecnologias e recursos sejam utilizados para produzir respostas efetivas às necessidades da população.

A Política Nacional de Humanização, especialmente no âmbito do Sistema Único de Saúde, enfatiza acolhimento, escuta qualificada, responsabilização e valorização dos sujeitos (BRASIL, 2013). Embora o exemplo do SUS tenha especificidades próprias, seus princípios ajudam a compreender que o atendimento público não se resume ao cumprimento de etapas burocráticas. O cidadão chega ao serviço carregando necessidades concretas, dúvidas, expectativas e, muitas vezes, situações de vulnerabilidade.

Nesse sentido, a humanização pode contribuir para fortalecer a confiança entre Estado e sociedade. Quando o cidadão recebe informação adequada, compreende os caminhos disponíveis e percebe que sua demanda foi efetivamente considerada, o serviço deixa de ser percebido apenas como uma estrutura burocrática e passa a cumprir de forma mais clara sua função social.

4 O CIDADÃO DIANTE DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

A transformação digital modifica profundamente a experiência do usuário dos serviços públicos. A possibilidade de realizar procedimentos remotamente pode reduzir deslocamentos, ampliar horários de acesso e agilizar processos. O Governo Federal apresenta a transformação digital como estratégia relacionada à ampliação da acessibilidade, transparência e eficiência na relação entre Estado e cidadão (BRASIL, 2024).

Entretanto, a digitalização também pode produzir novas barreiras. Interfaces pouco intuitivas, linguagem excessivamente técnica, ausência de acessibilidade e dependência exclusiva de canais digitais podem dificultar o acesso de pessoas com diferentes níveis de letramento digital. Dessa forma, a inovação tecnológica precisa ser acompanhada por uma preocupação permanente com inclusão e usabilidade.

Humanizar a comunicação digital significa reconhecer que, por trás de cada acesso, cadastro, solicitação ou reclamação, existe uma pessoa que precisa compreender o procedimento e saber como prosseguir. A tecnologia deve funcionar como meio para aproximar o cidadão do serviço público, e não como mecanismo para afastá-lo.

5 CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA O ATENDIMENTO HUMANIZADO

A psicologia oferece contribuições relevantes para a compreensão das relações estabelecidas nos espaços públicos de atendimento. Escuta ativa, empatia, comunicação, manejo de conflitos e compreensão das relações interpessoais são elementos que podem qualificar a interação entre servidores e cidadãos.

A escuta ativa é especialmente importante porque pressupõe mais do que receber uma informação formal. Ela envolve atenção à demanda apresentada, compreensão do contexto e busca por uma resposta adequada. Em serviços públicos, essa postura pode contribuir para reduzir situações de conflito e aumentar a percepção de acolhimento.

A humanização também precisa alcançar os servidores. Um atendimento de qualidade depende das condições em que o trabalho é realizado. A valorização profissional, a capacitação, a qualidade das relações organizacionais e a existência de condições adequadas de trabalho influenciam a forma como os serviços são prestados. Chiavenato (2020) destaca a importância das pessoas e do ambiente organizacional para o desempenho institucional.

Assim, a humanização não deve ser reduzida à exigência de que o servidor seja cordial. É necessário pensar em uma cultura organizacional que ofereça condições para que comportamentos colaborativos, éticos e acolhedores sejam efetivamente praticados.

6 LINGUAGEM DIGITAL, ACESSIBILIDADE E COMUNICAÇÃO COM O CIDADÃO

A linguagem utilizada pelos órgãos públicos constitui parte importante da experiência do cidadão. Quando uma orientação é excessivamente técnica ou apresenta informações fragmentadas, aumenta-se a possibilidade de erro, retrabalho e dependência de novos atendimentos. A comunicação clara, objetiva e acessível pode contribuir para a resolutividade dos serviços.

No ambiente digital, essa preocupação torna-se ainda mais importante. Portais e aplicativos precisam considerar diferentes perfis de usuários e oferecer informações compreensíveis, caminhos de navegação previsíveis e alternativas de atendimento quando o canal eletrônico não for suficiente. A acessibilidade, portanto, deve ser entendida como componente da própria qualidade do serviço público.

Nesse cenário, linguagens digitais bem planejadas podem aproximar o Estado da população. Mensagens objetivas, orientações passo a passo, recursos de acessibilidade e canais de retorno podem reduzir dúvidas e melhorar a experiência do usuário. A tecnologia, quando articulada à comunicação humanizada, pode ampliar o acesso sem eliminar a dimensão relacional do serviço.

7 HUMANIZAÇÃO DO SERVIDOR E CULTURA ORGANIZACIONAL

A discussão sobre humanização da gestão pública não pode se restringir ao cidadão. O servidor também é sujeito da organização e necessita de condições dignas para desempenhar suas funções. O material analisado destaca problemas como distanciamento institucional, desmotivação, estruturas rígidas e dificuldade de reconhecimento, relacionando-os à qualidade do atendimento prestado.

Nesse sentido, políticas de valorização, capacitação e participação podem contribuir para a construção de ambientes organizacionais mais colaborativos. A formação em competências socioemocionais, comunicação não violenta, empatia e resolução de problemas pode complementar a formação técnica dos servidores.

Outro aspecto relevante é a relação entre propósito e trabalho. Quando o servidor compreende o impacto social de suas atividades, a execução das tarefas pode adquirir maior sentido. A gestão pública humanizada, portanto, precisa articular resultados administrativos e finalidade social, reconhecendo que eficiência e cuidado não são objetivos incompatíveis.

8 DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA UMA GESTÃO PÚBLICA HUMANIZADA

A humanização enfrenta desafios relacionados à permanência de práticas burocráticas, à desigualdade de acesso às tecnologias, às dificuldades de comunicação e às condições de trabalho dos servidores. A superação desses desafios exige mudanças que não se limitem à implantação de novos sistemas.

Entre as possibilidades identificadas no material analisado estão a simplificação de procedimentos, a ampliação da acessibilidade, a criação de canais de escuta e feedback, a capacitação dos servidores e a melhoria das condições de trabalho. Também se destacam a liderança empática, a transparência, a ética e o fortalecimento de uma cultura colaborativa.

Um dos aspectos importantes é a avaliação dos resultados. A humanização precisa produzir efeitos observáveis na experiência do cidadão e na organização do trabalho. Indicadores de satisfação, tempo de atendimento, resolução das demandas, retrabalho e qualidade percebida podem auxiliar a gestão a identificar avanços e dificuldades.

Desse modo, a humanização pode ser compreendida como uma estratégia de gestão. Ela não substitui planejamento, tecnologia ou controle; ao contrário, procura orientar esses elementos para que estejam efetivamente a serviço das pessoas.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida permite compreender que a transformação digital da gestão pública representa uma oportunidade de ampliar eficiência, acesso e transparência, mas não garante, por si só, um atendimento de qualidade. A tecnologia pode agilizar procedimentos, porém a relação entre Estado e cidadão continua envolvendo necessidades humanas que exigem comunicação, escuta, acolhimento e respeito.

Nesse contexto, a psicologia contribui para a compreensão das relações interpessoais, da comunicação e do comportamento organizacional, enquanto as linguagens digitais podem favorecer o acesso e a circulação de informações quando utilizadas de forma clara, inclusiva e acessível. A articulação desses elementos amplia as possibilidades de construção de serviços públicos mais resolutivos.

Também se evidencia que a humanização precisa contemplar os servidores. A qualidade do atendimento está relacionada às condições de trabalho, à valorização profissional e à cultura organizacional. Não é possível exigir relações humanizadas com o cidadão sem considerar as relações estabelecidas no interior das próprias instituições.

Conclui-se, portanto, que humanizar a gestão pública na era digital não significa escolher entre pessoas e tecnologia. Significa utilizar a tecnologia de modo orientado pelas necessidades das pessoas. A gestão pública contemporânea pode ser mais eficiente e, simultaneamente, mais humana quando combina inovação, acessibilidade, comunicação qualificada, valorização dos servidores e compromisso com a cidadania.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Governo Federal. Governo Digital: transformação digital dos serviços públicos. Disponível em: https://www.gov.br/governodigital. Acesso em: 21 jun. 2026.

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 5. ed. Barueri: Manole, 2020.

MATIAS-PEREIRA, José. Manual de gestão pública contemporânea. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à administração. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

PALUDO, Augustinho Vicente. Administração pública: teoria e questões. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Gestão pública e humanização dos serviços. São Paulo: Cortez, 2018.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

1 TIPOS DE TRABALHOS

1.1 Artigos Originais

Pesquisas inéditas que apresentem contribuições significativas para a área de conhecimento. Extensão: 15 a 25 páginas, incluindo referências.

1.2 Artigos de Revisão

Revisões sistemáticas ou narrativas sobre temas relevantes. Extensão: 20 a 30 páginas, incluindo referências.

1.3 Relatos de Caso

Descrição de casos clínicos ou estudos de caso relevantes. Extensão: 8 a 15 páginas, incluindo referências.

1.4 Ensaios

Reflexões teóricas sobre temas contemporâneos. Extensão: 10 a 20 páginas, incluindo referências.

2 IDIOMAS E PROCESSO DE SUBMISSÃO

Idiomas aceitos

- Português (Brasil)

Como submeter

- Cadastre-se na plataforma da revista.
- Faça upload do arquivo em formato Word (.docx) ou PDF.
- Preencha todos os metadados solicitados.
- Aguarde a confirmação de recebimento por e-mail.

Documentos necessários

- Artigo completo (arquivo principal).
- Página de rosto com informações dos autores.
- Carta de submissão.
- Declaração de conflitos de interesse.
- Comprovante de aprovação pelo Comitê de Ética, quando aplicável.

3 FORMATAÇÃO DO MANUSCRITO

Formatação geral

- Fonte: Times New Roman, tamanho 12.
- Espaçamento: duplo.
- Margens: 2,5 cm em todos os lados.
- Numeração de páginas: canto superior direito.
- Formato: A4.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

3 FORMATAÇÃO DO MANUSCRITO

Estrutura do artigo

- Título: claro, conciso e informativo, com no máximo 150 caracteres.
- Resumo: 150 a 250 palavras.
- Palavras-chave: 3 a 5 termos.
- Abstract: tradução fiel do resumo em inglês.
- Keywords: tradução das palavras-chave.
- Introdução: contextualização e objetivos.
- Metodologia: descrição detalhada dos métodos.
- Resultados: apresentação dos achados.
- Discussão: análise e interpretação.
- Conclusão: síntese dos principais resultados.
- Referências: seguir as normas ABNT ou APA.

Figuras e tabelas

- Inserir no corpo do texto após a primeira citação.
- Utilizar numeração sequencial (Figura 1, Tabela 1 etc.).
- Apresentar títulos descritivos e autoexplicativos.
- Utilizar resolução mínima de 300 dpi para figuras.
- Indicar a fonte dos dados.

4 CITAÇÕES E REFERÊNCIAS

Sistema de citação

A revista adota o sistema autor-data, conforme a ABNT NBR 10520 ou a APA, de acordo com a área de conhecimento.

Exemplos de citação direta

- Segundo Silva (2020, p. 15), "a pesquisa científica requer rigor metodológico".
- "A pesquisa científica requer rigor metodológico" (SILVA, 2020, p. 15).

Exemplos de citação indireta

- Silva (2020) destaca a importância do rigor metodológico.
- O rigor metodológico é fundamental (SILVA, 2020).

Lista de referências

Os trabalhos devem seguir a ABNT NBR 6023. Exemplos:

- Livro: SOBRENOME, Nome. Título do livro: subtítulo. Edição. Cidade: Editora, ano.
- Artigo online: SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Nome da Revista, Cidade, v. X, n. X, p. XX-XX, ano. Disponível em: URL. Acesso em: data.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

5 PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Etapas da avaliação

- Avaliação inicial: verificação das normas e do escopo (5 a 7 dias).
- Avaliação por pares: revisão por especialistas (45 a 60 dias).
- Decisão editorial: aceito, aceito com modificações ou rejeitado.
- Revisão: correções solicitadas pelos revisores, quando aplicável.
- Decisão final: aprovação para publicação.

Critérios de avaliação

- Originalidade e relevância do tema.
- Rigor metodológico.
- Qualidade da escrita e clareza.
- Adequação às normas da revista.
- Contribuição para a área de conhecimento.
- Consistência entre objetivos, metodologia e conclusões.

Possíveis decisões

- Aceito: artigo aprovado sem modificações.
- Aceito com modificações menores: correções pontuais necessárias.
- Aceito com modificações maiores: revisões substanciais necessárias.
- Rejeitado: artigo não atende aos critérios da revista.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

6 ÉTICA DIREITOS AUTORAIS E AUTORIA

Ética em pesquisa

- Pesquisas com seres humanos devem ter aprovação do Comitê de Ética.
- Pesquisas com animais devem seguir os princípios éticos estabelecidos.
- Conflitos de interesse devem ser declarados.
- Plágio em qualquer forma será rejeitado.

Direitos autorais

- Os autores mantêm os direitos autorais de seus trabalhos.
- A Revista Dialogando Saberes utiliza a licença Creative Commons CC BY 4.0.
- A permissão para reprodução deve ser obtida quando necessário.
- Autoplágio não é permitido.

Autoria

- Todos os autores devem ter contribuído significativamente para o trabalho.
- A ordem dos autores deve refletir o nível de contribuição.
- Mudanças na autoria após a submissão requerem justificativa.

7 PRAZOS E TAXAS

Cronograma editorial

- Periodicidade: mensal.
- Prazo de submissão: máximo de 20 dias anteriores à publicação.

Taxas

Publicação gratuita. A Revista Dialogando Saberes não cobra taxas de submissão, avaliação ou publicação. Todo o processo é gratuito para os autores.